

Se economia cresce, quem mais ganha é o governo

O presidente Lula reagiu de modo sereno às turbulências naturais do período pós-CPMF. Depois de pedir que todos se acalmassem, inclusive os seus ministros, o presidente pediu “mais reflexão do que reação” de sua equipe. Lula agiu bem, especialmente por dizer com todas as letras o que a sociedade brasileira repete todo o tempo: “Não existe nenhuma razão para que ninguém faça uma loucura de aumentar a carga tributária”.

Esse é o ponto que realmente interessa em todo esse imbróglio que cerca o tema fim da CPMF. Há um fato essencial nesse quadro: com ou sem o “imposto do cheque”, o Brasil cresceu em 2007 e continuará a crescer no ano que vem, em ritmo bem semelhante, em torno de 5% do PIB. Sobre essa expectativa não há discordâncias entre os economistas e analistas, pró ou contra o governo. Portanto, é preciso pensar o “problema CPMF” a partir da premissa de que a perda de arrecadação com o fim da contribuição pode perfeitamente ser recompensada pela maior circulação de bens na economia, com reflexos óbvios na expansão do PIB.

Como já mostraram diferentes assessorias especializadas, os dois pontos de crescimento do PIB obtidos neste ano — dos 3,5% inicialmente previstos para 5,5% prováveis — representaram acréscimo de R\$ 36 bilhões na arrecadação (apenas entre janeiro e outubro), que, em absoluto, não estavam presentes na previsão da peça orçamentária de 2007. Esse valor confirma que é possível repor a perda da CPMF apenas com a expansão da economia. Sem esquecer o óbvio: no ano que vem os R\$ 40 bilhões devolvidos devem acelerar essa expansão.

Essa razão, a de que a CPMF pode ser compensada pelo crescimento econômico, pelo dinheiro que o governo não retirará do consumo sob a forma de imposto, abre uma excelente oportunidade do Brasil repensar a ordem tributária. O presidente Lula está correto ao pedir “reflexão” exatamente por esse motivo. Por outro lado, é verdade também que foram levadas ao presidente algumas alternativas ruins, muito ruins, para discutir a ordem tributária. Como alterar o superávit primário de 3,8% do PIB está fora de cogitação, por explícita ordem presidencial, a equipe econômica tem sugerido à imprensa, muitas vezes de modo velado, que a compensação da perda de CPMF virá da alteração de alíquotas de algumas contribuições, escudada na evidência de que nesse tipo de arrecadação a União está dispensada de dividir com es-

tados e municípios. Nesse caso, a majoração dos 9% cobrados na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi aventada como a primeira delas, apesar da reação contrária que certamente provocará nos empresários e trabalhadores.

Vale lembrar que tentativa semelhante de aumento na CSLL já foi tentada faz alguns anos, e o Congresso a rejeitou pelos danos que traria à atividade econômica. O argumento de que a economia está aquecida e, portanto, ninguém notará o aumento é apenas ingênuo. Não é diferente com a hipótese de expansão nas taxas do Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI, ou do Imposto sobre Operações Financeiras, o IOF. O primeiro teria impacto direto na geração de empregos pelo freio no consumo e o segundo geraria um salto nas taxas de juros cobradas pelos bancos. Ao final, com esses aumentos o consumo seria atingido, derrubando a arrecadação pelo queda no movimento. Seria um autêntico tiro no pé, exatamente no momento em que a economia brasileira ensaia um crescimento sustentado e ordenado.

O único aspecto que a equipe econômica ainda não atentou é que há outra forma de equilibrar as contas além de aumentar a receita: gastar menos. Dados do Ministério da Fazenda, divulgados no final de novembro, mostraram que as despesas com pessoal cresceram 11,9% nos onze primeiros meses deste ano em relação ao mesmo período de 2006. As despesas com custeio avançaram 15,4%, na mesma comparação. É fato que o presidente Lula reagiu mal aos pedidos de corte nas despesas com pessoal. Na sexta-feira passada, quando a CPMF já acabara, inaugurando uma agência da Previdência Social em São Paulo, o presidente pediu aos funcionários do INSS que fizessem passeata pedindo “contrata mais, contrata mais” como contraposição às reclamações de que a “máquina está inchada”. Mas — é fato também que o presidente pediu serenidade aos seus ministros para não aumentar impostos.

Para repor a arrecadação da CPMF é preciso apenas permitir que a economia brasileira funcione e, com isso, pague mais impostos. Soluções para o “problema CPMF” existem e dispensam atitudes intempestivas. Alguns economistas já mostraram, por exemplo, que a simples queda de dois pontos nos juros básicos seria suficiente para devolver à sociedade os R\$ 40 bilhões que o desaparecido imposto do cheque deixará de arrecadar. Sem dúvida, o fim da CPMF pode abrir novos caminhos para a economia brasileira. Basta querer trilhá-los.